A HISTORIOGRAFIA DE ISRAEL NOS "LIVROS HISTÓRICOS"

Johan Konings

Ao se dobrar sobre a história de Israel, importa ter bem claro como Israel conta sua própria história. Não porque seja mais segura, em termos científicos, que a história reconstituída pelos historiadores modernos, mas porque nos mostra como Israel lia seu próprio passado, sua própria experiência histórica. Ora, a própria Bíblia contém *diversas* historiografias, diferentes não só pelo objeto (o período) que descrevem, mas também pela ótica de sua descrição. Acontece encontrarmos, nessas diversas historiografias, descrições diferentes – e até certo ponto divergentes – dos mesmos fatos. O que mostra que não só os fatos são importantes, na leitura bíblica, mas também a interpretação que inseparavelmente acompanha a descrição.

Os assim chamados "Livros Históricos"

Nossas edições cristãs da Bíblia contêm o Antigo e o Novo Testamento, e o Antigo é subdividido em: a Lei (ou Livros de Moisés), Livros Históricos, Livros Sapienciais e Livros Proféticos. Queremos dar aqui um breve esclarecimento sobre os Livros Históricos: Josué (Js), Juízes (Jz), Rute (Rt), 1 e 2 Samuel (1-2Sm), 1 e 2 Reis (1-2Rs), 1 e 2 Crônicas (1-2Cr), Esdras (Esd), Neemias (Ne), Tobias (Tb), Judite (Jt), Ester (Est), 1 e 2 Macabeus (1-2Mc).

Já a Bíblia hebraica (Tanak) se compõe de três categorias: a Lei, os Profetas e os "Escritos" – categoria que na realidade acolheu os textos que não couberam na Lei e nos Profetas, por serem mais tardios ou julgados menos significativos. Ora, a categoria Profetas é subdividida em duas categorias: os Profetas Anteriores e os Profetas Posteriores, não tanto porque os primeiros precedessem os outros, pois são em grande parte contemporâneos, mas porque os "Anteriores" foram colecionados antes dos "Posteriores". Os Profetas Anteriores datam do século V aC, enquanto a coleção dos Posteriores é do fim do século IV aC ou mesmo depois. Os Profetas Posteriores contêm essencialmente os oráculos dos profetas, com alguma documentação histórica e biográfica em Isaías e Jeremias. Já os Anteriores correspondem em parte aos Livros Históricos da Bíblia cristã (e da Septuaginta): Josué, Juízes, Samuel e Reis. Outros "Livros Históricos" da Bíblia cristã se encontram nos "Escritos" da Bíblia hebraica: Crônicas, Esdras-Neemias, Rute e Ester (em forma mais curta). E alguns – 1-2Macabeus, Tobias, Judite – não se encontram na Bíblia hebraica, mas na tradução grega, a Septuaginta, que constitui a base da Bíblia cristã.

Na realidade, a autoconsciência histórica de Israel não se encontra somente nos "Livros Históricos" ou nos "Profetas Anteriores". Também a "Lei" (*Torah*) ou "Livros de Moisés" são essencialmente uma "história" no sentido de uma narrativa da experiência de Israel. E seria profundamente errado considerar esta narrativa como uma "moldura" na qual teriam sido colocadas as leis. A própria narrativa é *Torah*, no sentido original de "instrução": a própria história é o ensinamento que Deus propõe ao povo. Por outro lado, também nos escritos que a Bíblia cristã chama de "sapienciais" encontramos importantes trechos "históricos" – releituras da história, principalmente nos salmos histórico-didáticos (Sl 78; 105; 106) e na grande releitura em Eclesiástico (Sirácida) 44–51 (Sabedoria 10–19 é congênere, porém mais restrito).

História e historiografia

Para iniciar, vale observar que os termos "história" e "histórico" têm muitos sentidos. Uns tempos atrás, quando, com cara de sério, contei uma anedota inventada, alguém perguntou: "Isso é histórico ou é uma história?" História como ciência, com documentos e verificações metódicas é algo que surgiu com a Modernidade, com a imprensa, as descobertas, as grandes universidades a partir do século XVII. Na Antigüidade (quando foi escrita a Bíblia), história é o que hoje chamamos de crônica, relato, não necessariamente cientificamente estabelecido. Mais que trazer fatos constatados e verificados importava a arte de bem contar a história, de modo que fosse facilmente gravada na memória e conhecida por todos. Os antigos distinguiam, claro, entre história (fato realmente acontecido e substancialmente correspondente ao que se conta) e fábula, alegoria, metáfora etc. (narrativas meramente simbólicas). E havia formas intermediárias, as narrativas didáticas, para ensinar alguma coisa a partir de uma pessoa ou um fato que realmente houve, ainda que a história seja enriquecida com traços que querem dar uma mensagem. Aliás, esta era a razão principal por que se contava a história: "Historia magistra vitae" – a história como ensinamento para a vida.

Essas observações podem assustar os fundamentalistas que pensam que cada palavra da Bíblia foi literalmente insuflada por Deus. "Inspiração" não é insuflação mecânica. Não tolhe a liberdade e criatividade humanas. É o que repetiram o Papa Pio XII e o Concílio Vaticano II: os autores bíblicos são verdadeiros autores humanos, usando a linguagem e o modo de escrever de seu tempo[1].

A historiografia nos "Livros Históricos"

Atenhamo-nos agora àqueles livros que ganharam o nome de "históricos", sem, contudo, esquecer o que foi dito acima a respeito de outros livros[2].

1) A "historiografia deuteronomista"

Na Bíblia hebraica, os livros Js, Jz, 1-2Sm, 1-2Rs constituem os "Profetas Anteriores", seqüência chamada, pelos biblistas modernos, de "historiografia deuteronomista", por ter sido redigida pela mesma escola de escribas que produziu também o Deuteronômio (Dt). O nome hebraico desta coleção revela o *enfoque principal*: a atuação e mensagem *dos profetas* em meio à vida política e social de Israel. Não os chefes e os reis, mas os profetas são os personagens principais. Eles dirigem ao povo a palavra de Deus, segundo falou Moisés, dizendo que Deus suscitaria profetas para orientar

1. Cf. meu escrito *A Palavra se fez livro*. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.

2. As informações deste artigo provêm de meu anteprojeto para as introduções aos Livros Históricos na *Bíblia Sagrada – Tradução da CNBB*. São Paulo [várias editoras], 2001.

Israel (Dt 18,15). Esse Deus é o Deus da Aliança, Deus de misericórdia e de bondade, mas que também castiga o endurecimento e a maldade.

O *segundo* foco desses livros são *os reis*. Dt 17,15 anuncia um rei escolhido do meio de Israel, povo que Deus libertou do Faraó e dos soberanos estrangeiros. Esse rei é, por excelência, Davi. A narrativa dos "Profetas Anteriores" é construída inteiramente em torno dele, mas de modo especial 1/2Sm e 1/2Rs, cuja coerência é tão evidente que a tradução grega (a Septuaginta) deu a estes livros um nome único: 1, 2, 3, e 4 Reis (de modo que, na Septuaginta e nas antigas edições da Bíblia cristã, 1-2Sm = 1-2Rs, e 1-2Rs = 3-4Rs).

Um *terceiro* centro de atenção é *a terra*. Deus prometeu-a e deu-a a Israel. Se no tempo do exílio babilônico perderam essa terra, foi porque não se mantiveram fiéis à Aliança (2Rs 17,7-23). Essa terra é boa, e por isso não pode haver pobres nela; e se houver, isso deve logo ser remediado pela generosa solidariedade dos que estão bem de vida (cf. Dt 15,4-11).

Embora os inícios desta literatura se situem antes do exílio babilônico, a redação aconteceu substancialmente no fim e depois do exílio (depois de 550 aC). O trecho final 2Rs 25,27-30 deixa entrever a restauração da casa real de Davi (reabilitação do rei Jeconias). Parece que os "deuteronomistas" sonhavam com uma restauração da terra de Israel, na obediência à Lei e aos profetas, sob o governo de um rei segundo o coração de Deus. A fidelidade à vontade de Deus, expressa na Aliança, é a regra fundamental para o bem do povo e, portanto, o princípio do bom governo.

Josué

Este livro foi composto pelo fim do exílio babilônico e tem o mesmo estilo solene, didático e repetitivo do Deuteronômio, do qual ele é a continuação. O tema principal é a conquista e repartição da terra (caps. 2–21, com introdução no cap. 1 e epílogo no cap. 22). A figura central é Josué, sucessor qualificado de Moisés. Moisés é o homem da Aliança, a Lei e a Promessa; Josué continua sua obra. Põe-se a serviço da realização da Promessa, ao liderar a tomada de posse da terra. Nessa moldura são colocadas as tradições sobre a conquista da terra, realizada setecentos anos antes da redação do livro. Muitas delas são formuladas de modo a servir de exemplo à renovação do país depois do Exílio babilônico. Os caps. 23–24 descrevem a despedida de Josué, deixando como grande legado a renovação da Aliança.

<table>
<tr><td>1,1-9</td><td colspan="4">1,10-18</td><td colspan="2">22</td><td>23–24</td></tr>
<tr><td></td><td></td><td colspan="2">2–12</td><td colspan="2">13–21</td><td></td></tr>
<tr><td>Investidura de Josué</td><td>Preparação, ordem às tribos do Além-Jordão</td><td colspan="2">Travessia do Jordão e conquista de Canaã</td><td colspan="2">Repartição da Terra: "herança" de cada tribo</td><td>Volta das tribos do Além-Jordão</td><td>Testamento de Josué, renovação da Aliança e morte de Josué</td></tr>
</table>

Ao povo que vive em parte no exílio, em parte num país em ruínas, é recordada a responsabilidade pela "herança" que recebeu de Deus. O tema principal é *a posse da terra*, tema sugestivo para o povo que, na época da redação do livro, vive no Exílio (na Babilônia). Deus prometeu a terra, então os israelitas não devem acovardar-se, mas avançar com coragem para tomar posse daquilo que Deus lhes dá. Deus cumpriu sua promessa (21,43.45). Se o povo perdeu a terra, a culpa não é de Deus, mas do povo, principalmente de seus governantes. *Essa terra era boa.* Os "espiões" do cap. 2 que o digam! Se Israel perdeu a terra, é por causa de sua infidelidade. Por isso, tem de renovar a aliança e a fidelidade ao Deus Libertador, que os tirou do Egito, e à sua Lei (cap. 24).

O livro é permeado pela idéia da *guerra santa*. O próprio Deus é o comandante-chefe das tropas de Israel (5,13-15). A ele pertencem os "despojos": daí a prática do *"interdito"* (anátema), que consiste em "reservar para Deus" povos, cidades e objetos conquistados: devem ser interditados para o uso profano. Na prática, isso significa: os objetos vão para o tesouro do Senhor e as cidades e suas populações são exterminadas. Evidentemente, tais idéias são próprias de uma consciência religiosa arcaica e não são mais sustentáveis depois de Jesus de Nazaré.

As longas listas de *fronteiras e cidades* podem parecer monótonas, mas servem para lembrar a extensão da terra que Deus deu a seu povo, agora reduzido a um pequeno resto. É "memória nacional", para que se conscientize de quanto deve ser restaurado por um povo renovado, justo e fiel.

Para a situação de hoje, podemos aprender que Deus dá a terra ao povo para que todos vivam na fraternidade e na paz, observando as suas orientações e encontrando assim o bem-estar de uma sociedade feliz. Também a nós cabe aguçar o senso de responsabilidade pela terra que Deus quer dar a todos!

Juízes

Enquanto Josué é em grande parte um construto do redator deuteronomista, o livro dos Juízes é composto principalmente de tradições antigas sobre a conquista da terra (por volta de 1100 aC) nem sempre concordes com o livro anterior. Essas histórias são às vezes bastante cruas, pouco conformes à teologia mais apurada dos próprios redatores deuteronomistas e, muito menos, à nossa mentalidade cristã.

O livro tem *dupla introdução*: 1) Jz 1,1–2,5 encaminha a continuação da história depois da morte de Josué (1,1), apontando que a conquista de Canaã ficou incompleta, com os problemas que isso acarreta "até hoje" (2,1-5). 2) Jz 2,6–3,6 volta um passo atrás e retoma a morte de Josué (2,6-10), para, a partir daí, desenvolver uma visão teológica da história de Israel.

No *corpo do livro* (3,7–16,31) seguem-se as memórias dos juízes, líderes comunitários que surgiam em Israel quando o povo precisava de um "salvador". As memórias dos juízes propriamente são alternadas com episódios de outras personagens, especialmente as figuras proféticas de Débora e de Joatão. Alguns juízes são lembrados apenas esquematicamente (os "juízes menores", em quantidade de texto), enquan-

to outros recebem um tratamento bem mais extenso ("juízes maiores"), não por serem mais edificantes, mas por estarem mais presentes na tradição popular. É o caso do "juiz maior" Sansão, cuja história não é um exemplo a ser imitado, mas deve ser lida à luz da ótica geral do livro: a exigência de obediência e fidelidade a Deus.

Os *últimos capítulos* (17–21) recordam alguns feitos relativos a tribos específicas: Dã (tribo de Sansão) e sobretudo Benjamim, que fornecerá o ponto de partida do livro seguinte (1Samuel). A última frase (20,25; cf. 17,6) deixa claro que Juízes é um "aperitivo" para os livros Samuel-Reis, que constituem o prato principal da "historiografia deuteronomista".

Introdução	Os juízes (* = "juízes maiores", º = "juízes menores")					Episódios finais
1,1–2,5: A conquista parcial de Canaã 2,6–3,6: Consideração teológica do tempo dos juízes	3,7-31: Otoniel*, Aod* e Samgarº	4–5: Barac* e a profetisa Débora	6–8: Gedeão* 9: Abimelec × Joatão 10,1-5: Tolaº e Jairº	10,6–12,7: Jefté* 12: Absãº, Elonº e Abdonº	13–16: Sansão*, o danita	17–18: A migração dos danitas 19–21: Crime e castigo de Benjamim

E quais seriam as lições para a vida do povo? A conquista incompleta da terra resultou na *necessidade de conviver com povos não-israelitas* "até hoje", como uma espécie de teste da fidelidade de Israel a seu Deus salvador. Isso não se refere somente à época dos Juízes (por volta de 1100 aC), mas ganha atualidade no tempo em que o livro é redigido, quando pesam as conseqüências da colonização assíria na Samaria (722 aC) e do exílio babilônico de Judá (586-538). O tema tem atualidade também para nós, vivendo numa sociedade pluricultural e plurirreligiosa.

Os líderes participam das imperfeições do povo. Há espertos como Aod e ingênuos como Jefté. Gedeão é valoroso, mas não seguro quanto ao culto, o que causa a ruína de sua casa. Sansão tem força nos braços, mas é fraco de cabeça e de coração, além de desrespeitar seu voto de deixar intactos os cabelos.

O papel do profeta é visualizado em Débora e em Joatão – a primeira mostrando a presença e a vontade de Deus ao medroso juiz Barac, o segundo denunciando a usurpação de Abimelec. Joatão é precursor da crítica aos reis, chave dos livros Samuel-Reis, que dão continuação a Jz. A crítica de Joatão (Jz 9,7-15) não perdeu nada de sua atualidade. Entre os profetas ocupa um lugar de destaque a mulher *Débora*, ao lado da corajosa *Jael* que mata o tirano. Num contexto sociocultural que pressupõe a supremacia do homem, esta se revela não exclusiva, podendo ser destronada pela mulher, e isso, de acordo com a vontade de Deus (p.ex., Jz 4,9).

"Os israelitas *cometeram o que é mau aos olhos do Senhor*" (3,7.12; 4,1; 6,1; 10,6; 13,1): cada seção da história dos juízes começa com esta frase, típica da teologia deuteronomista. Os líderes suscitados por Deus devem salvar o povo da opressão que é conseqüência do "mal" que é essencialmente a adesão às práticas religiosas de Canaã, a "prostituição" em vez da fidelidade ao SENHOR.

"*Não havia rei em Israel*": este refrão (17,6; 18,1; 19,1; 21,25) revela a convicção dos redatores deuteronomistas de que o reinado, com todos os seus perigos que acarreta (Jz 9,1-15; 1Sm 8,1-18), é necessário e abençoado por Deus, desde que seja alguém do próprio povo e fiel à sua missão em prol do povo (Dt 17,14-20; Sl 72).

Samuel e Reis

Os livros 1-2Samuel e 1-2Reis constituem uma unidade, como aparece ainda na tradução grega (LXX) e outras traduções antigas, as quais numeram estes livros como 1-4Reis. Foram redigidos pelos historiadores deuteronomistas, que redigiram Josué e Juízes. Um indício aproximativo da data de composição destes livros (e de toda a historiografia deuteronomista) pode ser o último episódio do último livro: a reabilitação do rei Jeconias-Joiaquin, em 561 aC (2Rs 25,27-30).

O conjunto é construído em torno de alguns personagens: o profeta Samuel, os reis Saul, Davi e Salomão, e os sucessores destes, sempre em confronto com os profetas que os ladeiam como os "guardiães da aliança" (Samuel, Natã, Elias, Eliseu, Isaías, Jeremias). Esquematicamente:

Livros de Samuel

1Sm 1 Samuel →25
1Sm 9 Saul →31
1Sm 16 Davi (+ Natã) →2Sm 24

Livros dos Reis

1Rs 1 Salomão →11 | 1Rs 12 os reinos de Israel e de Judá (+ profetas) →2Rs 17 | 2Rs 18 Judá →25

Dentro desta linha geral destacam-se algumas narrativas maiores, como livros dentro do livro:

– 1Sm 9–14: a ascensão de Saul ao trono;

– 1Sm 16–2Sm 5: a ascensão de Davi ao trono;

– 2Sm 9–1Rs 2: a sucessão de Davi.

Outros conjuntos maiores são:

– a história da arca da aliança (1Sm 4–6 e 2Sm 6);

– a promessa de Natã a respeito da dinastia davídica, entre a ascensão de Davi e a sucessão (2Sm 7);

– no meio da história dos dois reinos, as narrações a respeito dos profetas Elias (1Rs 17–19 e 21; 2Rs 1) e Eliseu (2Rs 2–9);

– a crônica de Ezequias (2Rs 18–20);

– a crônica de Josias (2Rs 22–23);

– os últimos reis de Judá (2Rs 24–25).

A lógica que une essas matérias é a seguinte: Deus fez com Israel uma aliança. Os profetas são os guardiães dessa aliança. Os reis, chamados por Deus mesmo (Davi é o modelo) e intimamente unidos ao "povo" (= os cidadãos israelitas), são responsáveis pela observância da aliança; se a observarem, reinarão paz e segurança; se a abandonarem, serão corrigidos. Daí o peso dado aos dois "castigos" maiores, a queda de Samaria (2Rs 17) e a queda de Jerusalém, seguida do exílio babilônico (2Rs 25).

Mas esse castigo é pedagógico, é uma "correção". Não é a última palavra. O conjunto Samuel-Reis termina, por isso, na reabilitação do rei Jeconias em meio do exílio babilônico. Existe esperança, um recomeço é possível. Por isso, o lugar central é ocupado pela promessa de que a dinastia davídica estará firme para sempre (2Sm 7, no meio entre a ascensão ao trono e a sucessão de Davi, "paradigma" do reinado).

Dentre os reis, Davi é a figura central. Ele é pintado como pecador, mas... fiel à aliança! Salomão é destacado por causa da construção do Templo, anunciada na profecia da Natã. Os reis Ezequias e Josias são destacados porque, segundo o modelo de Davi, foram fiéis observantes da aliança.

Na sua forma atual, Sm-Rs podem ser subdivididos como segue:

1-2 Samuel

1Sm 1–7	1Sm 8–15	1Sm 16–31	2Sm 1–5	2Sm 6–8	2Sm 9–20	[2Sm 21–24]
Infância de Samuel, a arca da aliança, os filisteus	Samuel e Saul; o povo pede um rei e Samuel indica Saul	Ascensão de Davi ao trono (I): Saul, Davi, Jônatas	Ascensão de Davi ao trono (II): Davi rei de Israel e de Judá	Davi no trono, em Jerusalém; transferência da arca; profecia de Natã	A sucessão de Davi (I): a "casa de Davi"; Absalão (continuação: 2Rs 1–2)	[Suplementos: a guerra, despedida de Davi, os valentes, a peste]

1-2 Reis

1Rs 1–2	1Rs 3–11	1Rs 12–16	1Rs 17–22	2Rs 1–17	2Rs 18–21	2Rs 22–25
A sucessão de Davi (II): Salomão prevalece	Reinado de Salomão; construção do Templo; profecia de Aías	Divisão do reino; primeiros reis de Judá e de Israel	No tempo da guerra siro-efraimita, o rei Acab	História sincrônica dos dois reinos até a queda de Samaria	Ezequias e sucessores	De Josias até a queda de Jerusalém

A principal lição é a *fidelidade à Aliança*. O critério para julgar a atuação dos reis e do povo (= as pessoas livres) é a fidelidade à Aliança, ou seja, a Javé como único Senhor, conforme a regra de Dt 6,4-5. A aliança com o Senhor tornou Israel livre dos potentados estrangeiros. A ruptura dessa aliança o entrega novamente aos opressores. Cultuar deuses alheios é pôr-se sob o jugo dos estrangeiros, pois as divindades representam uma esfera de influência. Cada vez que um rei faz aliança com potências estrangeiras, começa também a cultuar as divindades da região, Baal, Astarte, Marduc...

O profeta é o guardião da Aliança: como "sentinela", cabe-lhe cuidar do rei e do povo, para que observem a Aliança. Os principais profetas que aparecem nestes livros são: Samuel, Natã, Aías, Miquéias de Jemla, Elias, Eliseu, Isaías, Jeremias e a profetisa Hulda.

Davi é o *modelo do rei*. Serve de modelo para avaliar os reis, mas é um modelo real, não idealizado (como nas Crônicas). Apesar de todas as suas fraquezas e pecados, ele foi fiel a Javé e observou a aliança e a Lei. Isso era uma garantia para que as regras da justiça não se perdessem na arbitrariedade do regime político. Segundo o espírito da Aliança, o único Senhor é Javé, e o rei, que é seu "filho" e "servo", não está acima da Lei. À diferença dos déspotas do Oriente, o rei de Israel está ligado ao "não matar" e ao "não cometer adultério": é isso que o profeta Natã ensina a Davi depois de seu pecado com a mulher de Urias e a morte infligida ao marido (2Sm 11–12).

No centro destes livros encontra-se a *lealdade*, exemplificada na amizade de Davi e Jônatas, filho do rei Saul, o qual se sente ameaçado por Davi e quer matá-lo. É uma amizade que supera os interesses políticos. Mesmo quando tem de exterminar os inimigos do regime para proteger seu poder, Davi deixa com vida o descendente de Jônatas, Mefiboset (Meribaal). Somente depois de sua morte, seu filho Salomão, não ligado pelo pacto de Jônatas, passará a espada na casa de Isboset.

Outros traços desta literatura podem nos escandalizar. Davi é capaz de agir traiçoeiramente, de exterminar inimigos, de fazer pacto com os filisteus. A poligamia é considerada normal para quem tem dinheiro para manter um harém... Não esqueçamos que são "livros históricos", que descrevem os fatos e costumes daquele tempo como era mesmo. E aquele tempo se situa bem antes de Jesus de Nazaré...

2) A "historiografia cronista"

São chamados de "historiografia cronista" os livros 1-2Crônicas e, por (duvidosa) extensão, Esdras e Neemias. 1-2Cr são uma *releitura* da história de Israel, especial-

mente dos reis de Judá. Para compreender a releitura cronista vale compará-la com a "historiografia deuteronomista" (Js, Jz, Sm e Rs). Esta narrava a história do Israel antigo até o exílio babilônico à luz da fidelidade à Aliança: se a "casa de Israel" ou "de Judá" era fiel, Deus lhe dava a paz, mas se era infiel, Deus a "corrigia". Era uma exortação para que, depois do castigo que foi o Exílio, o povo voltasse à paz e vivesse em fidelidade sob a guia de reis *nacionais* justos (como foram Davi e, ao modelo deste, Ezequias e Josias).

Já a "historiografia cronista" é diferente. É escrita a partir de uma outra realidade, à luz da situação do *judaísmo sob o Império Persa* (500-330 aC). Enquanto o deuteronomista, com muito realismo, descreve Davi como alguém que deve aprender a obedecer a Deus, o cronista faz dele uma imagem idealizada (cf. adiante). Davi torna-se um símbolo do rei messiânico do futuro. Esta historiografia foi fortemente influenciada pelos sacerdotes que, depois do exílio, promoveram a restauração do Templo destruído por Nabucodonosor. Se na historiografia deuteronomista a Aliança é central, na historiografia cronista o centro é o Templo. E aí está o denominador comum das Crônicas e de Esdras-Neemias, mesmo se não forem da mesma autoria: 1/2 Crônicas é a história idealizada do *primeiro Templo* (o templo de Salomão, mas o cronista dá todo o mérito a Davi!), enquanto Esdras-Neemias é a história do *segundo Templo*, depois do exílio, quando o governador Neemias e o escriba-sacerdote Esdras exerceram seu papel de restauradores da cidade e do povo.

Toda essa historiografia é fortemente marcada pela "hierocracia", ou seja, o fato de a vida comunitária de Israel (Judá) ser orientada pelos sacerdotes (gr. *hiereis*), enquanto o poder civil e militar está nas mãos do rei da Pérsia. Para que não surja conflito, Esdras e Neemias atuam conforme o princípio de que "a Lei do SENHOR (= Deus) é a lei do rei (persa)". Este princípio, porém, só pode ser aplicado se o rei deixa espaço para a "Lei do SENHOR". E isso não será mais o caso no tempo dos sucessores de Alexandre Magno, contra os quais se revoltarão, por causa da "Lei do SENHOR", os rebeldes macabeus. Esta historiografia mostra a força animadora dos "símbolos" nacionais, o Templo e o rei Davi (1-2Cr). Esd e Ne mostram com realismo como os judeus podem ser fiéis à Lei do Senhor, mesmo sob um regime estrangeiro.

As Crônicas

Os dois livros das Crônicas – que só foram separados no século 15 dC – foram compostos por volta do ano 300 aC. Os tradutores gregos lhes deram o título de "Paralipômenos", suplementos. Na realidade, porém, não se apresentam como suplemento, e sim, como recapitulação de toda a memória nacional e religiosa dos judeus.

No momento em que os livros foram compostos, o antigo Israel estava desfalcado, em conseqüência das sucessivas deportações (do reino do Norte para a Assíria, em 722 aC, e do reino do Sul para a Babilônia, em 586 aC). Em 538, alguns "judaítas" tinham voltado para Judá (mais exatamente, para o distrito de Jerusalém), onde restauraram a comunidade fiel de Israel; os demais israelitas piedosos viviam fora da Palestina, na diáspora, espalhados pelo Médio e Próximo Oriente. Evidentemente, o

grupo de Judá, próximo do Templo reconstruído e das Escrituras em vias de composição, toma a liderança da comunidade fiel de Israel, que daí em diante vai ser chamada de "judaica".

É nesse contexto do "judaísmo" que as Crônicas fazem a releitura da memória de Israel, antes registrada principalmente nos livros Samuel e Reis. Para uma leitura "solidária com a comunidade fiel", como aqui se propõe, o importante é perceber como as Crônicas compreenderam a atuação de Deus. (O que não exclui que para os estudiosos sirvam também como fonte de pesquisa histórica).

A "releitura cronista" abarca um conteúdo muito amplo: é uma releitura da "Lei e dos Profetas". Começa com a releitura da Criação e do Êxodo, pressupondo aquilo que os teólogos sacerdotais do século V aC já haviam recolhido na "Lei" (Pentateuco, Torá). O foco central, porém, é a releitura dos "Profetas Anteriores" (= a historiografia deuteronomista), sobretudo de 1-2Sm e 1-2Rs.

Ao se ler as Crônicas em paralelo com Samuel-Reis, percebe-se os acentos novos introduzidos pela releitura cronista. Nas Crônicas, o estilo é mais formal: árido nas listas e genealogias, esquemático e estilizado nas narrativas, litúrgico nas orações e hinos, que constituem as partes mais atraentes do conjunto. Além de esclarecer a linguagem das fontes (Sm-Rs), as Crônicas procuram melhorar a seqüência (integram à narrativa a matéria que em 2Sm 21–24 constitui um apêndice).

A "ideologia" das Crônicas é a do templo de Jerusalém e da liturgia ali celebrada. Pouco aparecem os temas da libertação do Egito e da Lei como instrumento de justiça e eqüidade nas relações comunitárias e interpessoais – marcas fortes da historiografia deuteronomista (Js-Jz-Sm-Rs). Omitem-se as notícias acerca dos reis do Norte (Israel), pois o interesse está centrado no templo de Jerusalém, morada autêntica do Deus de Israel no meio de seu povo e único lugar de culto legítimo, ao passo que os reis do Norte patrocinavam outros santuários, considerados ilegítimos pelo Cronista (cf. 2Cr 11,13-17). A releitura da história de Israel é feita numa perspectiva "judaíta", centrada em Judá, onde está o "verdadeiro Israel". Os reis do Norte, quando mencionados, o são como se fossem estrangeiros, ao lado dos reis de Aram e da Assíria: à diferença da historiografia deuteronomista, o Cronista não vê Israel como a liga das duas partes, mas como a hegemonia de Judá, reconquistando eventualmente o território do Norte. Só quando se trata dos refugiados e peregrinos que vieram a Jerusalém, o Norte é mencionado com simpatia. Jerusalém e o Templo são a referência de Israel inteiro (situação depois do exílio). Os levitas, por representarem Israel inteiro, são mencionados com carinho especial.

As Crônicas incluem extensas genealogias, que evocam a identidade do povo de Deus restaurado em Jerusalém depois do exílio; culminam nas genealogias dos levitas e dos sacerdotes aaronitas. Acresce, sobretudo, muita matéria relativa ao Templo e à organização do culto. Nesta perspectiva, Davi, mais que Salomão, recebe destaque especial. Segundo 2Sm 7, Davi apenas exprimiu a intenção de construir um templo, sendo dissuadido pelo profeta Natã. Segundo o autor das Crônicas, porém, ele fez muito mais: mandou elaborar o projeto até os mínimos detalhes e ajuntou imensa quantidade

de material e dinheiro para a construção e a ornamentação, cabendo a Salomão apenas a tarefa de executar o projeto. Assim Davi é a figura central da história narrada pelo Cronista. Mesmo os sacerdotes e os levitas, cujas genealogias, organização hierárquica e atribuições enchem capítulos e mais capítulos, aparecem apenas como fiéis executores das normas prescritas por Davi.

A figura de Davi é central por causa da esperança messiânica. No tempo do Cronista, não há mais descendente legítimo de Davi no trono: o rei da Pérsia não permitia que Judá tivesse um rei. Aguça-se, portanto, a esperança de um Ungido (= Messias) que deve vir. Na imaginação dos piedosos, Davi era visto como modelo, protótipo do Messias esperado. Por isso, sua imagem é idealizada. É omitido tudo que possa deslustrar a memória de Davi: o adultério de Davi, a revolta de Absalão... Em vez de dançar nu diante da arca da Aliança, Davi usa um manto de linho fino, veste sacerdotal...

Por razões semelhantes, também a memória de Salomão, construtor do Templo, é quanto possível preservada de manchas; as referências a seu harém e a questão da idolatria por causa das mulheres estrangeiras são omitidas. Como o Cronista acentua muito a dimensão cultual, ele vê a sabedoria de Salomão especialmente na eficiência administrativa com que ele constrói o Templo e nem menciona a justiça no julgar, primeira marca da sabedoria do rei segundo 1Rs 3,14-28!

Existem diferenças e até contradições entre Sm-Rs e 1-2Cr. Algumas dessas diferenças provêm de informações suplementares em 1-2Cr, mas a maioria, de "correções teológicas". Acostumado à historiografia moderna, o leitor poderá achar isso estranho, mas a narrativa bíblica não é historiografia no sentido moderno, e sim, proclamação da condução ao mesmo tempo instrutiva e maravilhosa que Deus proporcionou a seu povo.

Nos salmos e discursos inseridos no meio das narrativas, o Cronista põe em relevo a ação salvífica de Deus na história. A consciência dessa ação permeia o livro todo. Enquanto os homens, alguns bons e outros maus, fazem a história a seu jeito, Deus, num plano superior e misterioso, orienta a história com sua providência que, por vezes, parece deixar as coisas correrem, mas no final sempre dá a cada um e a cada povo aquilo que merece. Entre os sucessores de Davi, uns foram bons, elogiados pelo que fizeram em favor do Templo e do culto ao Deus Único, outros, indignos do trono de Davi. Os últimos reis de Judá são apresentados como maus. Por causa dessa iniqüidade, Deus decide purificar seu povo, expondo-o à prova do exílio babilônico durante meio século.

Embora referindo-se ao tempo antes do exílio, em muitas páginas das Crônicas transparecem as práticas do judaísmo pós-exílico. Assim, 1-2Cr realça a continuidade do judaísmo do "segundo templo" em relação ao "primeiro templo" e ao culto de Israel antigo (o ensino ao povo em 2Cr 17,7-9, p.ex., parece antecipar a prática das sinagogas pós-exílicas).

A obra termina com a transcrição do decreto de Ciro, rei da Pérsia, que concede aos judeus exilados a permissão de voltar à pátria e reconstruir o templo destruído pelos babilônios. Com isso começa uma nova etapa na história da salvação de Israel. Os livros Esdras e Neemias guardam a memória dessa nova etapa.

Para fins de clareza, podemos dividir 1-2 Crônicas como segue:

1Cr 1–10	1Cr 11–29	2Cr 1–9	2Cr 10–28	2Cr 29–36:
de Adão até Saul	Davi	Salomão	de Roboão até Acaz	Ezequias, Josias, exílio babilônico

Grande parte desta literatura parece maçante ao leitor de hoje (p.ex., as intermináveis genealogias que devem alimentar a identidade nacional e religiosa do judaísmo). Mas isso não nos dispensa de tentar compreender sua visão da vida e da história. Isso vale em primeiro lugar quanto à *providência divina*. "O homem propõe, Deus dispõe". A atuação humana, boa ou má, não é a última palavra nem no céu, nem na terra. As coisas têm sua lógica divina e inexorável, por mais que tentemos escapar-lhe. Para Israel (Judá), essa lógica foi a salvação de um pequeno "resto", portador de promessas e esperançoso quanto ao Messias.

Nota-se a *importância da Lei*, não como código civil ou penal, mas como instrução, ensinamento para a vida, marca do judaísmo até hoje. Ela é vista no quadro da *retribuição*: assim, os reis de Judá são recompensados ou castigados por Deus de acordo com seu comportamento (para o Cronista, o critério para julgar o rei é a observância do culto puro ao Deus Único).

Percebe-se a *importância da comunidade de fé*, que fornecia a referência primeira (para a vida cotidiana) e última (para o sentido global da vida) aos judeus depois do exílio babilônico. Daí a exigência da fidelidade. Junta-se a isso a *restauração religiosa*. Enquanto em 1-2Rs só consideram Davi e Josias reis segundo o coração de Deus (por causa de sua fidelidade exclusiva a Javé), em 1-2Cr são numerosos aqueles que de algum modo tentam uma restauração religiosa (= do Templo): os reis Asa, Josafá, Joatão e, sobretudo, Ezequias, cuja crônica menciona feitos que 2Rs atribui a Josias – sem esquecer o convertido Manassés e o próprio Josias. Ao lado deles atuam, no mesmo sentido, o profeta Azarias, o sacerdote Joiada e seu filho, o profeta e mártir Zacarias.

Nesta perspectiva entende-se o destaque dado ao *culto e o sacerdócio* (como mediação do Transcendente). Na época do Cronista, enquanto pertence ao Império persa, o povo, identificado com a comunidade de fé, é regido pelos sacerdotes da linhagem de Aarão e Sadoc, assistidos pelos demais "filhos de Levi" (levitas). Tal regime não é uma teocracia, como se o governante fosse uma divindade, mas pode ser chamado de hierocracia, regime sacerdotal, visando ao serviço da Lei e da Aliança.

Embora transpareça, como nos escritos anteriores, certo modo humano de falar de Deus, as Crônicas purificam a *imagem de Deus*, tornando-a *mais transcendente*. Gostam de dizer "o nome do Senhor" em vez de Deus. Acentuam a glória, multiplicam os intermediários (p.ex., os anjos). Não é mais Deus que inspira impulsos humanos ruinosos, mas Satanás (cf. 21,1), como no livro de Jó, etc.

Nestes livros aparecem diversas *orações* de conteúdo belíssimo, amostras da piedade do judaísmo: a oblação de si mesmo, a prece por sabedoria, o louvor a Deus...

Os livros de Esdras e Neemias (Esd-Ne) formavam primitivamente um conjunto, como ainda se pode ver na Septuaginta, onde os dois estão unidos sob o nome de Segundo Livro de Esdras, depois do apócrifo Primeiro Livro de Esdras. (Na Vulgata, este último se chama o Terceiro Livro de Esdras; Esdras se chama Primeiro Livro de Esdras e Neemias se chama Segundo Livro de Esdras).

Escritos pelo fim do século IV aC e focalizando o "segundo templo", Esd-Ne começam no ponto onde as Crônicas pararam: o decreto de Ciro ordenando a volta dos exilados (2Cr 36,22 = Esd 1,1-3). Pertencem evidentemente ao mesmo ambiente, o dos "fundadores do judaísmo" depois do exílio babilônico. Mas, como se trata de uma coleção de documentos e depoimentos um tanto confusa, é difícil confirmar que o autor/compilador é o mesmo das Crônicas. No cânon judaico, surpreendentemente, Esd-Ne precedem as Crônicas, talvez por terem sido acolhidos pela Sinagoga antes.

Do ponto de vista histórico, Esd-Ne evocam as circunstâncias em que nasceu o judaísmo étnico-religioso rigorosamente segregado das outras etnias, o qual também está no pano de fundo do Novo Testamento. Mas a ordem cronológica dos fragmentos que compõem Esd/Ne é problemática: Ne 8–9, a leitura da Lei por Esdras, parece interromper o relato da primeira missão de Neemias (Ne 1–7; 10,1–13,6a; cf. 5,14), no qual de resto não se fala de Esdras. O livro diz que Esdras chegou a Jerusalém no sétimo ano de Artaxerxes (Esd 7,1.7). Se este for Artaxerxes I (464-424 aC), a chegada de Esdras deve ser situada no ano 457 aC. Mas há indícios de que Neemias, que chegou apenas em 445 (Ne 2,1), o precedeu em Jerusalém. Por isso é mais provável que Esdras chegou a Jerusalém no sétimo ano do reinado de Artaxerxes II (404-359), em 398/397; a ordem seria então Esd 1–6; Ne 1–7; 10–13; Esd 7–10; Ne 8–9.

Seja como for, Esd-Ne não constitui uma história contínua, mas apresenta diversas cenas, mais ou menos independentes, dos "fundadores do judaísmo". Esta coleção de "cenas da restauração de Israel" apresenta-se, atualmente, como segue:

Esd 1–6	7–10	Ne 1–7	8–9	10-13
a volta dos exilados, o reinício do culto e a reconstrução do Templo, sob a liderança do príncipe Zorobabel, o sacerdote Josué e os profetas Ageu e Zacarias	a atividade de Esdras, reforma religiosa	dificuldades na reconstrução da muralha de Jerusalém e administração de Neemias	proclamação da Lei (por Esdras) na festa das Tendas	– compromisso do povo – repovoamento de Jerusalém e Judá – segunda missão de Neemias

Esd 1–6 abrange o período de 538 a 515 aC. Com a permissão do Ciro, rei da Pérsia e vencedor do Império babilônico, um grupo de exilados volta a Jerusalém, onde reerguem o altar e depois também o Templo , enfrentando a oposição da população local, especialmente dos samaritanos, que tentam de todas as maneiras intrigar os judeus repatriados perante a corte da Pérsia. Assim foi restaurado o culto ao Senhor, que ficara interrompido durante o exílio. Duas figuras se destacam neste período: o líder religioso Josué, descendente do último sumo sacerdote anterior ao exílio, e o líder civil Zorobabel, príncipe herdeiro da dinastia davídica. Eles constituem o elo que, por cima do meio século do exílio, liga o passado à nova fase da história de Israel. O povo de Deus se reorganiza e recomeça sua caminhada através da história, sem rei nacional, mas alimentando a esperança da chegada do Messias.

Esd 7–10 começa depois de um período sem notícias. Entra então em cena um novo personagem, Esdras, sacerdote e escriba, perito na interpretação da Lei mosaica, homem de confiança do rei da Pérsia (Artaxerxes I ou, talvez, Artaxerxes II, cf. supra). O rei persa o envia a Jerusalém com a missão de ensinar aos judeus repatriados a Lei de Moisés e urgir a rigorosa observância da mesma, segundo a princípio "a Lei de Deus é a lei do rei". Esdras vai e cumpre sua missão. (A promulgação solene da Lei é relatada em Ne 8, porque o compilador supõe que Esdras e Neemias colaboraram na reorganização da comunidade judaica pós-exílica; cf. adiante).

Em Ne 1,1, a expressão "palavras de Neemias" tem o sentido hebraico de "crônica de Neemias". Trata-se de "memórias" autobiográficas deixadas por Neemias, que fala na primeira pessoa (assim como Esdras em Esd 7–10). Neemias foi "copeiro-mor" (= chefe da Casa Civil) do rei Artaxerxes I (464-424), homem de confiança, influente na corte. Em 446/445 aC recebeu do soberano a incumbência de reconstruir as muralhas de Jerusalém, terra de seus antepassados. Todavia, cumprida essa missão, sua permanência se prolongou muito além do tempo previsto e ele acabou sendo nomeado governador da província de Judá. Encontrou aí uma série de irregularidades e abusos, de caráter religioso e social. Como Esdras mais tarde, Neemias promoveu a Lei mosaica entre os judeus repatriados. Lutou contra as injustiças sociais, obrigando os ricos a perdoarem as dívidas dos pobres agricultores, aos quais emprestavam dinheiro a juros abusivos para se apossarem de seus bens, reduzindo-as à escravidão (Ne 5). E vendo a cidade de Jerusalém com déficit populacional, induziu parte da população do interior a se mudar para a capital. Urgiu o pagamento pontual dos dízimos para sustentar o serviço levítico no Templo e a observância do sábado, desrespeitado principalmente pelos comerciantes. E, como Esdras, combateu os casamentos de judeus com estrangeiras, a fim de salvaguardar a pureza das tradições religiosas.

Tema central nesta literatura é a *reconstrução/restauração*. Enquanto os livros das Crônicas concentram a atenção no primeiro templo – ideado por Davi e construído por Salomão – Esd-Ne focalizam especialmente o segundo templo, construído depois do Exílio. E não apenas o templo, como também os muros da cidade, pois estes garantem a Jerusalém o estatuto de capital – principal razão de oposição dos samaritanos e de outros habitantes da região. Outro tema é a *pureza étnica e religiosa*. Entre as atividades de Esdras destacam-se sua luta contra os casamentos de judeus com mulheres

estrangeiras, porque punham em risco a integridade e a pureza da religião. Esdras mostrou-se duro e intransigente, exigindo a dissolução desses matrimônios, pois colocava a fidelidade às tradições religiosas acima de quaisquer outros valores.

Esdras aparece assim como o *"pai do judaísmo"*, sobretudo em Ne 8–9. Foi ele quem organizou a religião do "resto de Israel" – os judaítas na Palestina e os demais israelitas na diáspora – em torno da Torá (a Lei, ou melhor, a Instrução) de Moisés, agora recolhida nos "cinco rolos" que conhecemos até hoje, o Pentateuco. *Neemias* é o *leigo engajado*, atuando na política, ativo, justiceiro, despido de interesse próprio, esperando sua recompensa apenas da parte do Senhor, sensível aos problemas comunitários, preocupado com a sorte dos desafortunados, severo mas leal com seus adversários, e ao mesmo tempo profundamente religioso, persuadido de que a salvação do povo estava condicionada à fidelidade ao Senhor e à sua Lei.

3) A historiografia dos Macabeus

A Bíblia católica contém dois livros dos Macabeus, profundamente diferentes entre si. Ambos relatam a perseguição do povo judeu por um sucessor de Alexandre Magno, o rei sírio Antíoco Epífanes (c. 175 aC), e a luta de libertação nacional empreendida por Judas Macabeu e seus irmãos Jônatas e Simão. Mas os dois livros pertencem a gêneros diferentes: o primeiro é uma crônica histórica contínua, o segundo, a descrição emocionante de algumas cenas da resistência judaica e do martírio. Foram escritos pouco depois dos fatos, por volta de 150-100 aC. Assim história dos Macabeus é uma lição de resistência e até de habilidade militar (1Mc) ou, por outro lado, de fidelidade e martírio (2Mc).

1 Macabeus

O primeiro livro dos Macabeus (1Mc) é a crônica da luta "por Deus e pela Pátria" travada pelos nacionalistas judeus do 2º século aC. Por volta de 330 aC, Alexandre Magno, o macedônio, conquistou o Próximo e Médio Oriente, desde o Egito até parte da Índia. Depois de sua morte, seu reino foi dividido entre seus generais, que fundaram dinastias na Síria (os selêucidas) e no Egito (os lágidas ou ptolomeus). Até c. 200 aC, Judá ficou em poder dos egípcios, mantendo com eles uma relação de simpatia. Foi em Alexandria, capital do Egito fundada por Alexandre e maior colônia judaica da Antiguidade, que naquela época a Bíblia foi traduzida para o grego, com o incentivo dos reis ptolomeus.

Quando, porém, em 197 aC, os sucessores sírios de Alexandre invadiram a Palestina, impuseram, com a ajuda da aristocracia judaica, um imperialismo cultural, com o intuito de fazer da Judéia um estado helenista (i.é, de cultura grega). Em 167, o rei Antíoco Epífanes saqueou o templo de Jerusalém e instalou ali uma estátua de Júpiter, enquanto perseguia os judeus praticantes até no interior do país. Isso deu origem à resistência dos piedosos (*hassidim*), organizados em torno de Matatias e seu filho Judas, o Macabeu (= "martelo"). Em 164, Judas reconquistou o Templo, mas não a Cidadela na outra colina de Jerusalém, de modo que o conflito se prolongou. Depois da

morte de Judas, sucederam-lhe seus irmãos Jônatas e Simão e o filho deste, João Hircano. Essa sucessão chama-se a dinastia dos "hasmoneus". Como Jônatas e Simão se assemelharam aos reis helenistas e arrogaram para si o sumo sacerdócio, os piedosos afastaram-se deles, alimentando as fileiras dos fariseus e dos essênios.

É nesse contexto de conflito intrajudaico que surgiu o primeiro livro dos Macabeus, escrito do ponto de vista da dinastia dos hasmoneus, talvez no tempo de João Hircano, por volta de 120 aC. O estilo do livro é o da historiografia grega, permeado de citações épicas em versos, bem como de documentos, inclusive de nível internacional e intercontinental (missivas a Esparta e a Roma). Tal "cosmopolitismo" casa melhor com o estilo helenista da dinastia hasmonéia – sobretudo de Hircano – do que com a sóbria piedade de seu avô Matatias.

I: 1,1-64 Os antecedentes: Alexandre Magno, helenização, cultos pagãos
II: 2,1-70 Matatias convoca a guerra santa
III: 3,1–9,22 Judas Macabeu
IV: 9,23–12,53: Jônatas
V: 13,1–16,24: Simão. Advento de João Hircano

Um aspecto importante deste livro é *a questão político-religiosa*. Os judeus não podem ter rei, propriamente, pois os vizinhos poderosos (Egito e Síria) impõem sua soberania. Mas eles são um poder com o qual se deve tratar. Desde o tempo dos persas (século V aC), a sociedade judaica é internamente liderada pelos sumos sacerdotes. Por isso, os reis sírios acabarão conferindo aos chefes macabeus (conforme 2,1, descendentes do sacerdote Joarib), o título de sumo sacerdote, o que parece ter causado o afastamento dos "piedosos", fariseus e essênios. Civilmente falando, Jônatas, Simão e seu filho João Hircano, são "etnarcas" (governantes de etnia), mas no livro são tratados com o título de sumo sacerdote. Em compensação, alguns sacerdotes aaronitas são apresentados, em 1Mc, como abjetos (Alcimo, 7,5).

"*Tudo começa na mística e termina na política*". Ao ler o livro, a importância da religião se torna sempre menor. O que começou como uma revolta de piedosos, termina, depois da extrema habilidade diplomática de Jônatas, no governo de riqueza ostensiva de Simão. Paralelamente, percebe-se sempre menos a diferença entre as tradições judaicas e o comportamento da cultura helenista em geral. Parece que os macabeus foram contaminados pelo vírus que inicialmente combateram. O livro nos mostra que, no século que precedeu o cristianismo, a sociedade judaica, não só na diáspora mas também na terra de Israel, era *fortemente influenciada pela cultura helênica cosmopolita*. Os macabeus sucumbiram ao vírus que combateram.

2 Macabeus

O segundo livro dos Macabeus (2Mc) não é a continuação do primeiro. Origina-se num âmbito diferente. O conteúdo de 2Mc é em parte paralelo ao de 1Mc, porém considerado de um outro ponto de vista. Se 1Mc reflete os interesses políticos da di-

nastia dos hasmoneus, 2Mc reflete muito mais os sentimentos dos "piedosos" (hassidim), entre os quais o martírio por causa da Aliança era altamente considerado. Assim, os dois livros se completam.

O livro se ambienta no importante bairro judaico de Alexandria do Egito, por volta de 120 aC. Propõe-se a propagar, aí, a celebração da festa da Dedicação do Templo em comemoração da reconquista por Judas Macabeu em 164 aC. Para tanto reúne duas cartas introdutórias, um prefácio do autor e diversas matérias referentes ao movimento dos macabeus. Para se legitimar, o livro inicia com as cartas dirigidas pelos judeus de Jerusalém aos do Egito (a primeira datada em 124 aC).

O autor apresenta-se como abreviador da obra histórica de Jasão de Cirene (2,23), escrita por volta de 160 aC. O trabalho de abreviatura causou algumas incoerências (p.ex., em 12,10). O próprio abreviador observa (no epílogo, 15,39) que ele "mistura água e vinho", o gênero "histórico" e o sapiencial-edificante, que o aproxima do livro da Sabedoria, escrito pouco depois. São historicamente valiosas as informações a respeito do sumo sacerdote Onias, conhecido também por outras fontes (1Mc só menciona uma vez, de passagem, esse grande personagem). Também os episódios referentes a Judas Macabeu parecem basear-se em informações cuidadosas, mais completas do que as de 1Mc.

O conteúdo pode ser esquematizado como segue:

<table>
<tr><td colspan="6">Cartas aos judeus do Egito (1,1–2,18)
Prefácio do autor/abreviador (2,19-32)
Corpo da obra:</td></tr>
<tr><td>3,1-40</td><td>4,1–5,27</td><td>6,1–7,42</td><td>8,1–10,8</td><td>10,9–13,26</td><td>14,1–16,36</td></tr>
<tr><td>A conversão de Heliodoro</td><td>Antíoco Epífanes e a propaganda helenística</td><td>Perseguição religiosa: os mártires</td><td>Vitórias de Judas e morte de Epífanes</td><td>Governo de Antíoco V Eupátor</td><td>Alcimo e Nicanor</td></tr>
<tr><td colspan="6">Epílogo do autor (16,17-39)</td></tr>
</table>

Descobre-se neste livro uma *teologia da história*. Todos os eventos colaboram para realizar o plano de Deus na história, mesmo as derrotas e perseguições dos judeus, que os ajudam a aperfeiçoar seu caminho sem demora (6,12-17).

Outro elemento é a *ressurreição e a vida eterna*. Sobretudo os episódios dos sete irmãos mártires (2Mc 7), da morte de Razis (14,46) e do sacrifício pelos falecidos (12,38-45) mostram com clareza a fé na imortalidade e na ressurreição dos justos (cf. Dn 12,1-2). Na Sabedoria de Salomão, escrita pouco depois, encontramos a mesma convicção. Embora a fé na ressurreição hoje, por muitos, seja considerada alienante, 2Mc mostra que ela é um incentivo à dedicação total à causa nobre e justa. Talvez deva-se dizer que foi a fé na ressurreição que sustentou a insurreição dos macabeus contra Antíoco Epífanes...

Com a fé na vida eterna relaciona-se o *martírio*: a fé na ressurreição leva ao dom da própria vida, pois está nas mãos de Deus. As histórias de Eleazar (6,18-31) e dos sete irmãos (7,1-42) tornaram-se exemplares na tradição judaica e serviram de modelo para as "paixões" dos mártires na tradição cristã.

4) Os midraxes, ou "romances históricos"

Os livros Rt, Tb, Jt, Est são, na terminologia hebraica, *midraxes* (elaborações didáticas de temas da Lei ou dos Profetas). Nós os chamaríamos de "romances históricos", mistura de história e de ficção, concebidos em função de alguma lição peculiar concernente à Sagrada Escritura. Na Bíblia hebraica, encontram-se na última seção (os "Escritos" ou "Hagiógrafos"). Na Septuaginta e na Vulgata, porém, foram postos entre os "Livros Históricos", cada qual mais ou menos no lugar onde cabe cronologicamente. O livro de Rute foi inserido antes dos livros 1/2Sm, que falam de Davi, porque conta que a bisavó de Davi era uma estrangeira. Os três outros oferecem exemplos de vida fiel para a situação depois do Exílio, sob o domínio dos persas: Tobias (o israelita justo na Diáspora, no meio dos pagãos), Judite (a judia firme na resistência, como foram os Macabeus) e Ester (a mulher corajosa que afasta a chacina tramada por um funcionário persa). Tobias e Judite são livros deuterocanônicos, não assumidos na Bíblia judaica, por estarem escritos em grego, mas sim, na Bíblia cristã.

Embora sejam antes "livros de histórias" do que "de história", não podemos excluir desta apresentação os midraxes que os judeus alexandrinos classificaram entre os livros históricos, porque para eles a narratividade edificante importava mais que a informação histórico-científica. Afinal, os livros históricos não foram escritos para os historiadores acadêmicos, mas para os judeus fiéis, em vista de sua fidelidade e esperança messiânica.

Rute

O livro de Rute (Rt) é uma "história exemplar" em torno da integração de uma estrangeira, Rute, na comunidade de Israel. Na Bíblia hebraica, está entre os "Escritos", como um dos cinco rolos festivos, lido na festa de Pentecostes (por situar-se no tempo da colheita). Nas Bíblias grega e latina, o livro foi posto entre os "Livros Históricos", antes da história do rei Davi (1 e 2Sm), do qual Rute foi a bisavó.

Pertence ao gênero literário do midraxe, ou elaboração livre sobre temas da Torá à luz da caminhada do povo. Este gênero foi desenvolvido em duas direções: a halacá, que é a interpretação de temas normativos, e a hagadá, baseada em temas narrativos, sempre originados da Torá.

Embora a história narrada no livro de Rute se situe numa época muito anterior (1100 aC), o livro foi escrito, por volta de 400 aC, quando os judeus estavam retornando do exílio babilônico (586-538 aC). Sentiam a necessidade de restaurar a comunidade de Israel, mediante a observância da Lei ou Instrução (Torá), o recenseamento das famílias autóctones, o direito matrimonial e a fidelidade ao Deus Único. O livro de Rute leva à tona vários elementos desse programa, ao exaltar o valor de uma estrangeira, Rute, para a família de sua sogra israelita, Noemi.

Por ser do gênero do midraxe, o texto está cheio de referências aos livros bíblicos já em voga quando este foi escrito, tanto a Lei/Torá (Pentateuco, sobretudo Dt) quanto os Profetas Anteriores (livros históricos, sobretudo Jz e 1-2Sm) e os salmos. O uso de uma bíblia mais amplamente anotada pode ajudar o estudo deste aspecto. Há também muito parentesco com Jó e Lm, escritos na mesma época.

Esta história contrasta com outras atitudes presentes no judaísmo pós-exílico: o nacionalismo estreito de Esdras e Neemias, que ordenou a dispensa das mulheres não-israelitas. A Bíblia conserva a memória de diversas maneiras de interpretar a vontade de Deus... O livro vale pelo que diz e pelo que não diz. Fala da Lei a serviço da vida, mas não se ocupa com o santuário, o sacerdócio, os sacrifícios. Jerusalém nem entra na perspectiva: o lugar central é Belém, cidade onde, da descendência de Rute, brotará a raiz de Jessé, pai de Davi, do qual deve provir o Messias, vivamente esperado no tempo em que o livro foi escrito.

A "novela" de Rute se desenrola em quatro episódios, cheios de simbolismo, por exemplo, nos nomes. Mostra como a aplicação da Lei de Deus, na terra de Israel, significa proteção para os fracos, no caso a velha Noemi e sua nora viúva e estrangeira, Rute: os antigos costumes comunitários ensinados pela Lei é que garantem a verdadeira restauração do povo depois da volta do exílio:

	narrativa exemplar (situada no ano 1100 aC)	mensagem para a restauração de Israel (ano 400 aC)
I: 1,1-22	A judia Noemi, depois da morte de seu marido e filhos na terra de Moab, regressa à terra de Israel, acompanhada de sua nora viúva, Rute, a moabita, e a faz entrar no povo de Israel.	A questão étnica é superada pelo valor da "bondade" que orienta a vida de Rute. Por causa dessa bondade, e independentemente de formalidades civis ou religiosas, a sogra Noemi faz Rute entrar na terra e na comunidade de Israel.
II: 2,1-23	Seguindo o conselho de Noemi, Rute vai encontrar Booz, parente próximo, no campo, no tempo da colheita.	A bondade de Booz ilustra a aplicação da legislação social de Israel à situação concreta daquela época, para infundir no povo o sentimento de lealdade e generosidade para com os pobres.
III: 3,1-18	Rute encontra Booz no terreiro (eira) onde se debulha o trigo e confia-se a ele.	O problema dos casamentos com mulheres estrangeiras. A solução não está na discriminação contra as estrangeiras (como em Esd 9–10 e Ne 13), mas na integração no povo eleito.
IV: 4,1-20	Booz assume o "levirato" e resgata a propriedade familiar de Noemi e Rute, ao casar-se com esta, tornando-se assim ancestral de Davi.	O direito matrimonial e a aplicação combinada de duas instituições: o "levirato" (= casamento da viúva com o afim próximo) e o resgate da propriedade. Transparece a expectativa do Messias, descendente de Davi.

Podemos destacar em primeiro lugar o tema do *amor leal*: filial e conjugal. A "bondade" de Rute, louvada por sua sogra Noemi e correspondida pelo parente e "redentor" (resgatador) da família, Booz. É esta a base para restaurar o lastro comunitário, também hoje.

Outro ponto de destaque é o *valor das instituições sociais da comunidade*. Assim como Rute e Booz souberam aproveitar as possibilidades oferecidas pelos antigos costumes recolhidos na Torá (Lei), nós hoje devemos consultar e atualizar nossa memória histórica e levar a sério nossa "Aliança com Deus" para enfrentar a desestruturação social, a corrosão do lastro social que marca nossa sociedade.

Tobias

O livro de Tobias (Tb) – na versão grega chamado Tobit – foi escrito por volta de 200 aC para os judeus da Diáspora, fora da Palestina. Até há pouco era conhecido na versão grega da Septuaginta (LXX), considerada a original, e em duas versões latinas, a latina antiga (Vetus Latina) e a de S. Jerônimo (Vulgata), o qual dizia ter usado um texto aramaico (perdido). As recentes descobertas do Mar Morto (Qumrã) trouxeram à luz fragmentos em aramaico e em hebraico, que respaldam o texto da Vetus Latina (códice Vercellensis XXII), mais antigo e confiável que o da Vulgata de Jerônimo, que introduziu algumas coisas que correspondem mais à sua questionável espiritualidade do que à "hebraica veritas".

Apesar de "deuterocanônico" e, portanto, excluído do cânon judaico restrito do fim do século I dC, o livro era muito popular entre os judeus no tempo de Jesus e nos ajuda muito a conhecer a "espiritualidade" judaica na Diáspora, onde logo mais se espalharia o cristianismo.

Embora incluído entre os "Livros Históricos", Tobias é do gênero sapiencial e deve ser lido como tal. É uma história didática. Usa a vida familiar do velho Tobit e as "aventuras" do jovem Tobias para ensinar o que significam, em diversas circunstâncias da vida, o "temor de Deus", a piedade, as boas obras, a justiça e a proteção de Deus para judeus fiéis no meio do mundo pagão. É um ensinamento concreto para os judeus da Diáspora, do gênero do midraxe (cf. Intr. a Rute); utilizando temas da Torá (a "instrução") cria uma mensagem para a atualidade. Os principais temas da Torá são os casamentos dos patriarcas, Isaac e Jacó (Gn 24 e 28), e a separação e reencontro de Jacó e seu filho Benjamim (Gn 42–45).

O livro é construído como um romance clássico, de modo simétrico, tendo como centro o casamento do jovem Tobias:

Sobrescrito (1,1-2)		
I. Aporia (carência)	Auto-apresentação e vida piedosa de Tobit (1,3-22) Infortúnio e oração de Tobit (2,1–3,6) Infortúnio e oração de Sara, filha de Ragüel (3,7–15) As preces de Tobit e Sara são acolhidas (3,16-17)	
II. Ação (divina) (ação divina: suprimento da carência: Sara e Tobit recebem cura para seus males)	Testamento de Tobit (4,1-21) Preparativos da viagem. Rafael (5,1–6,1) A viagem	A captura do peixe (6,2-9) Projeto de casamento (6,10-19) Casamento de Tobias (7,1-17) As núpcias (8,1-21) O resgate do depósito (9,1-6)
	A espera de Ana e Tobit e a volta de Tobias (10,1-13) A cura de Tobit e a festa de família (11,1-18)	
III. Desenlace (final feliz)	Rafael se dá a conhecer (12,1-22) Cântico de Tobit (13,1–14,1a) Morte de Tobit (14,1b-11) Morte da mãe e fim de Tobias (14,12-15)	

Percebe-se que o centro do romance é o casamento do jovem Tobias, com uma mulher da mesma estirpe, para fundar uma família judaica piedosa, ao modelo do pai Tobit e dos antepassados (as histórias de Abraão, Isaac e Jacó estão continuamente no pano de fundo). O mal de Tobit (a escuridão dos olhos) torna-se um símbolo que emoldura um problema maior: o do casamento na Diáspora judaica. O "Deus que cura" (Rafael) ajuda a resolver este problema central e, para completar o serviço, também a "escuridão" de Tobias. O verdadeiro desenlace, porém, consiste na revelação de Deus e sua providência na figura de seu anjo: pois Deus é o ator principal deste drama.

Entre os temas relevantes está, pois, em primeiro lugar a *Providência de Deus*. Deus providencia soluções lá onde os meios humanos são insuficientes, especialmente pelo envio do anjo, que representa o próprio Deus. No mundo mecanicista em que vivemos, a fé numa "providência divina" parece ultrapassada, além de os exploradores e opressores parecerem mais bem "providenciados". Mas a fé na providência não significa necessariamente que tudo deve terminar num "final feliz" (como a história de Tobias); significa que a busca da vontade de Deus "dá certo", realiza as aspirações profundas dos justos: Deus está com aqueles que o amam.

O livro evoca a vida do judeu piedoso, na diáspora. Em primeiro lugar, *as boas obras e a ética nas pequenas coisas do dia-a-dia.* A justiça do velho Tobit não é feita de belos ideais, mas de gestos concretos: dar esmolas (1,16s) e, sobretudo, enterrar os mortos em tempo de perseguição, arriscando perder os bens e a própria vida (1,17-20; 2,3-8).

Quanto ao *espírito de família, a relação pais-filhos*, transparece no livro uma relação harmoniosa de pais e filhos, de solidariedade e mútua preocupação – exatamente o que ensina o mandamento de "honrar pai e mãe". Parece, contudo, que o conflito entre o escrupuloso Tobit e sua mulher perturba essa imagem (2,14, cf. Jó 2,9). O pouco respeito religioso dessas mulheres deve ser visto no quadro de uma cultura em que a religião e a piedade eram antes de tudo atribuições do homem, enquanto a mulher era considerada "infante", como mostra a legislação levítica, em voga naquele tempo (Nm 30,4-16).

Será que o livro de Tobias tem preconceito contra *o matrimônio*? Os maridos da jovem Sara morrem na noite nupcial, Tobias abstém-se durante três noites antes de unir-se a Sara... Ora, este detalhe não se encontra nos textos considerados originais, mas somente no texto ampliado de S. Jerônimo (Tb 6,18 segundo a Vulgata). E quanto ao primeiro ponto, o fato é que os pretendentes não eram judeus (por sinal, o demônio que os mata tem nome persa: Asmodeu < Aeshma). Compare-se isso com a mágoa de Isaac a respeito das mulheres estrangeiras de Esaú e sua preocupação em arrumar para Jacó um casamento "de casa" (Gn 28,1.8), como foi o dele (Gn 24,3). O livro de Tobias não tem preconceito contra o matrimônio, considera-o como dever de todo judeu e o vê com muita alegria, quando dá certo! O quadro do livro é a vida familiar de Tobit e o centro é o feliz casamento de Tobias.

Tb ilustra a vida do *povo de Deus na Diáspora*. Como os judeus da Diáspora entendiam sua própria história e sua situação no meio do mundo pagão? Como cidadãos, cooperam – até em alto nível – com os governantes justos, mas defendem-se ou escondem-se dos injustos e daqueles que não lhes dão a liberdade de seguir a Lei de Moisés – que, no Império persa, valia como "lei do rei" para os judeus. A situação de diáspora explica também a importância de um casamento "patriarcal": a conservação do patrimônio (cf. o dinheiro depositado com o parente) e dos costumes judaicos. Patrimônio e matrimônio a serviço da conservação do povo.

O livro de Tobias contém belíssimas *preces* de louvor, de súplica e de ação de graças, comparáveis aos mais belos salmos – sobretudo a ação de graças em Tb 13. E até receitas de *medicina popular.* O arcanjo Rafael, primeiro "médico sem fronteiras", ensina a Tobias alguns remédios de medicina popular, que certamente foram avidamente aprendidos pelos leitores/ouvintes do livro...

Judite

O livro de Judite (Jt) chegou até nós em versão grega, sendo portanto contado entre os "deuterocanônicos". É possível que tenha sido escrito originalmente em hebraico ou em aramaico, por um autor desconhecido, por volta de 150 aC, logo depois da guerra dos macabeus contra os sucessores de Alexandre Magno, os selêucidas. A figura de Holofernes, em Jt, lembra fortemente o rei selêucida Antíoco Epífanes, pivô da revolta dos macabeus.

Em forma de uma narrativa simbólica, o livro evoca a resistência do povo judeu, representado pela mulher Judite (= "a judia"). O inimigo tem traços de Antíoco Epífa-

nes (c. 170 aC), mas também de todos os inimigos que no decorrer da História quiseram dominar o povo eleito. Isso traz consigo alguns efeitos estranhos: Nabucodonosor é rei da Assíria, em Nínive, etc.: é como se Fernando Henrique Cardoso fosse imperador do Brasil e morasse na Casa Rosada em Buenos Aires... A cidade de Betúlia, centro geográfico da narrativa, nunca foi descoberta pelos arqueólogos, mas seu nome parece evocar o primeiro santuário dos patriarcas, Betel, ou, talvez, a *betulá*, a "Virgem Jerusalém" de Isaías... Os anacronismos e outras figuras literárias fazem com que a narrativa se torne válida para todas as épocas, é supratemporal. Não quer informar fatos histórico-científicos precisos, mas ensinar as virtudes do povo de Deus – fidelidade, resistência, piedade – como também a proteção especial de Deus a seu povo.

O livro é estruturado como um romance histórico com duas partes maiores:

I: 1–7	II: 8–16
A campanha de Holofernes, sua chegada à Judéia e o cerco de Betúlia	O povo de Deus é salvo por Judite

O "Nabucodonosor" desta história e seu general Holofernes encarnam *a ambição ilimitada*, chegando a provocar uma verdadeira "guerra mundial", como, naquele tempo, se deu com Alexandre Magno e com seu ridículo sucessor Antíoco Epífanes (vencido por Judas Macabeu). Em nosso tempo conhecemos assim Hitler e outros.

Do lado de Israel encontramos a *resistência.* Uma população numericamente insignificante decide resistir a essa ambição ilimitada, e consegue... com a ajuda de Deus. Exemplar é a *figura da mulher.* Judite, a viúva, combina a feminilidade com a determinação e torna-se, como Débora, "mãe em Israel" (cf. Jz 5,7). Israel não é só dos patriarcas...

Misturando diversos momentos históricos, Jt é uma meditação sobre toda a história de Israel: os diversos momentos em que Deus se mostrou salvador do povo. Neste sentido cabe orar sempre os hinos de libertação contidos em diversas páginas do livro. A salvação ultrapassa as fronteiras étnicas. *A reintegração de Israel* é acompanhada da *integração dos amigos não-judeus.* Judite, a "judia", "filha de Judá", reintegra todo Israel. O livro traz alusões a todas as partes de Israel e descreve até o protótipo de pagão integrado a Israel – como os prosélitos na diáspora –, o amonita Aquior.

Ester

O livro de Ester (Est) data provavelmente do fim do período persa (c. 350 aC), embora o tema da perseguição leve alguns a situá-lo no tempo de Antíoco Epífanes (c. 170 aC). Veio até nós em duas formas: a forma mais curta, em hebraico – certamente mais original – e a forma ampliada, em grego (na LXX), considerada canônica pela Igreja católica. A versão grega inseriu, no fim do século II aC, acréscimos que por um lado são piedosos, mas por outro realçam a xenofobia latente do texto original.

O rei persa Assuero depõe a rainha Vasti, porque ela recusa apresentar-se para ser admirada no seu banquete. Ester – filha adotiva do israelita Mardoqueu – torna-se

rainha, sem revelar sua origem. O funcionário persa Amã convence Assuero a editar um decreto contra os judeus, mas Mardoqueu convence Ester a intervir pelo seu povo, mesmo com perigo de vida. Ester se apresenta ao rei, que lhe dá ouvido. Num banquete que reúne Assuero, Ester e Amã, este é desmascarado e em seguida enforcado na forca que preparara para Mardoqueu. O rei recompensa Ester e Mardoqueu e permite que enviem uma carta para todo o reino, dando aos judeus direito de desforra caso sejam atacados. São organizados dias de desforra na capital e no interior, que dão origem à festa de Purim (Sortes).

O livro parece problemático aos nossos olhos por causa do *nacionalismo religioso*: o antijudaísmo por um lado, a desforra dos judeus por outro. O fanatismo religioso que pode transparecer neste escrito é anterior à visão de Cristo. Se se deve louvar a fidelidade ao Deus de Israel, não é preciso concordar com a desforra desprovida do espírito do Sermão da Montanha. "Examinai tudo e retende o que é bom" (1Ts 5,21). À luz da pregação de Jesus e da teologia de Paulo, o nacionalismo judaico extremo não é aceitável para os cristãos, mas isso não justifica o antijudaísmo e as perseguições perpetradas pela cristandade. Conservando este escrito, mesmo em sua forma mais radical, a Igreja nos lembra de nossas raízes no povo eleito e nos estimula à compreensão adequada desta parte de nossa memória.

Ester ocupa um lugar entre as *"mulheres de valor"* na Bíblia: Sara, Agar, Rebeca, Raquel, Tamar, Rute, Débora, Judite. Com esta última, ele tem em comum o uso de sua elegância para defender seu povo junto ao dominador estrangeiro. A diferença é que no caso de Judite o dominador estrangeiro era o tirano em pessoa (Holofernes, pensado à imagem e semelhança de Antíoco Epífanes), enquanto no caso de Ester o soberano estrangeiro é o rei persa, normalmente tolerante para com os judeus, mas, no caso, enganado por um conselheiro perverso. Seja como for, as mulheres judaicas são fortes, como já disseram as parteiras egípcias ao faraó que queria que eliminassem os recém-nascidos (Ex 1,19).

Conclusão

Esperamos ter apresentado em grandes linhas as diversas compreensões que o Israel bíblico demonstra ter de sua história nos assim chamados "Livros Históricos", apresentados no seu contexto sócio-histórico e literário. Mas essas compreensões não se esgotam nestes livros; estão presentes em todas as obras que compõem a Bíblia. E como, no dizer de Marrou, a história é inseparável de sua interpretação, vemos que é praticamente impossível reconstruir a partir da Bíblia nem uma historiografia objetiva única, nem uma visão ou compreensão israelita de sua história, nem uma teologia da história bíblica. O que a Bíblia nos permite é acompanhar diversas reflexões da fé ensejadas pela memória histórica, ainda que esta não seja estabelecida segundo as regras da historiografia moderna.

Johan Konings
Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus
Cx. P. 5024
31611-970 Belo Horizonte, MG